

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 38

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte cinco pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta. -----
2. Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense Edição 2025; -----
3. Apreciação e votação do Relatório Final do Orçamento Colaborativo Edição 2025. -----
4. Apreciação votação do contrato de cedência temporária de três salas do edifício sito na Rua Campo Mártires da Pátria, nº 22, Porto, ao Teatro Nacional S. João, E.P.E. -----
5. Apreciação e votação da Cedência parcial de sala no 1º andar, do edifício da Rua de Augusto Rosa, nº 198, no Porto, à HUELLATINA. -----
6. Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato de Cedência Temporária nº303, celebrado com o Município do Porto, referente ao /CF do prédio sito na rua de S. Pedro de Miragaia, nºs 10 e 12 e celebração de contrato de parceria com a Associação D.R.A.M.A.S. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Paulo António Constantino de Sá Pinto, Gianpiero Freire de Zignoni, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros, Abel Rodrigues Magalhães e Maria da Glória Vieira da Silva. -----

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santos e José António Teixeira. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Tiago João Peixoto Fonseca e António Miguel da Costa Cardoso Antunes. -----

Bloco de Esquerda – Maria Leonor Camarinha Parada de Figueiredo e Ricardo Lafuente Monteiro. -----

CDU – Lígia Maria Beirão da Silva e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Dortia Meunier. -----

Faltas: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, substituído por Paulo António Constantino de Sá Pinto. -----

BE – Mário Augusto de Sousa Moutinho, substituído por Maria Leonor Camarinha Parada de Figueiredo e Teresa Marisa Alves Martins, substituída por Ricardo Lafuente Monteiro. -----

CDU – João Duarte Gonçalves, substituído por Lúcia Maria Beirão da Silva. -----
Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça. -----

B.E. – Mário Augusto de Sousa Moutinho, Teresa Marisa Alves Martins, Miguel Albergaria Furtado Semedo e Rita de Aires Pacheco Domingues. -----

CDU – João Duarte Gonçalves, Ana Rosa Barbedo Gonçalves, Hugo Alexandre Lopes Ferro e Alice Micaela Jeri Correia de Sá. -----

Foi apresentada uma Renúncia do Deputado António José Cardoso de Barros, tendo sido substituído por Paulo António Constantino de Sá Pinto, o qual tomou posse efetiva como Membro da Assembleia. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente) e os Vogais: Ângela Maria Figueiro Cintra e Augusto Artur Saldanha. -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia Extraordinária. Informa que antes de ler o Edital é necessário fazer uma substituição, pois a Mesa está incompleta. O 1º Secretário Mário Praça, não pode estar presente, por isso convida um elemento do Aqui há Porto - RM para integrar a Mesa. Se ninguém do Plenário se opuser, será o Paulo Sá Pinto, dando seguimento a uma renúncia que deu entrada nos serviços da Assembleia. De seguida pergunta ao Plenário se alguém se opõe. Como ninguém se opôs, vai sentar-se na Mesa para substituir o elemento que falta e posteriormente tomar Posse. De seguida solicita à 1ª Secretária em exercício Cristina de Medeiros para efetuar a leitura. -----

Cristina de Medeiros (1ª Sec. em exercício) – Procedeu à leitura do Edital. -----

Presidente da AF – Interveio para solicitar uma interrupção dos Trabalhos por minutos para conferenciar com os respetivos líderes das Bancadas Partidárias. Após o reinício dos Trabalhos, a Mesa referiu que deu entrada nos Serviços, um pedido de renúncia ao Mandato da Assembleia de Freguesia de António José Cardoso de Barros. E, cumprindo os preceitos legais para esse efeito, a substituição que se procede é do Sr. Paulo António Constantino de Sá Pinto que tendo ocupado o lugar de 2.º Secretário da Mesa, toma também posse efetiva como membro da Assembleia de Freguesia. -----

Cristina de Medeiros (1ª Sec., em exercício) – Procedeu à chamada. Estão presentes 19 Deputados. -----

Presidente da AF – Interveio para dizer que vão proceder à aprovação de 2 Atas. A 1ª é a Ata nº 36, de 18/12/2024 – Assembleia de Freguesia Ordinária. Informa que vai ler quais os Deputados que estiveram e que podem votar. A mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes. De seguida procedeu-se à Votação da Ata nº 37 de 29/01/2025 – Assembleia de Freguesia Extraordinária. De imediato referiu quais os Deputados presentes e que poderiam votar. A mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes. Informa que por já ter sido acordado previamente proceder à leitura dos 2 Votos de Pesar que deram entrada. É uma exceção por ser esta uma Assembleia Extraordinária. Em 1º lugar, o Voto do PS e depois o da CDU. De seguida deu a palavra à Deputada, Sandra Mondim. -----

Sandra Mondim (PS) – Iniciou Voto de Pesar, pelo falecimento em 15/02/2025 de Jorge Nuno de Lima Pinto da Costa, o qual fica anexo a esta Ata como nº. 1-----

Presidente da AF – Interveio para perguntar se alguém votava contra. De seguida deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Afirmou que o PSD gostaria de se associar a este Voto de Pesar se o PS aceitar. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM) – Afirma que no seguimento da intervenção do colega Ricardo proferiu, se os colegas do PS se aceitarem, também gostariam de se associar ao presente Voto. -----

Vítor Vieira (CDU) – Em nome da CDU e se o PS não se importar, também pretendem subscrever este Voto de Pesar. -----

Presidente da AF – Interveio para ser feita a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, tendo de imediato sido guardado um minuto de silêncio. -----

Lígia da Silva (CDU) – Iniciou a leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco, o qual fica anexo a esta Ata como nº 2. -----

Presidente da AF – Perguntou ao Plenário se é para efetuar um minuto de silêncio, pois não está escrito no Voto de Pesar. Imagina que foi um lapso. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Afirmou que o PSD mais uma vez se quer associar a este Voto, se assim a CDU assim o entender. Mas gostaríamos de acrescentar mais duas coisas. Uma delas é um minuto de silêncio na parte das condolências, apresentar as condolências também à família, o Papa ainda tinha família, uma irmã e vários sobrinhos. -----

Fernando Oliveira (PS) – Interveio para afirmar que como é óbvio, o PS associa-se a este Voto de Pesar, mas gostaríamos de acrescentar algo da sua parte. Entende que não chega associarem-se e votarem favoravelmente este Voto de Pesar. Não chega. Mas têm, todos, todos, como dizia o Papa Francisco todos, todos, todos, porque nos dias de hoje é cada vez mais necessário todos refletirem sobre as várias intervenções que ele próprio nos foi brindando. Temos de refletir qual era o discurso dele, quais eram as intenções dele e qual era a forma de estar na vida do Papa Francisco. É o melhor que têm a fazer, é muito importante isso, refletirem sobre isso, atuarmos, sermos consequentes do que propriamente associarmos e votarmos a favor deste Voto de Pesar e claro que o PS se vai associar. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto – RM) – Afirma que independentemente das considerações que estão incluídas neste Voto de Pesar, era uma pessoa de grande importância para a população portuguesa, não só para os católicos. Tinha uma mensagem muito importante para todos. Com a autorização dos colegas da CDU, queriam solidarizarem-se com este Voto de Pesar, se a CDU não se opuser. -----

Presidente da AF – Pergunta se a CDU não se importava com este pedido. Foi aceite. Colocado a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. De imediato foi guardado um minuto de silêncio. Aproveitou para agradecer a presença do público que se apresenta na assembleia. Regista com apreço a presença do público nesta assembleia em tão elevado número. É um excelente contributo para o bom exercício da nossa democracia no poder local, reforçado pela transmissão online. Uma vez que a sua difusão, permite chegar a um número ainda mais alargado de fregueses. De seguida pergunta ao público, se alguém deseja intervir, tendo-se inscrito o Sr. Manuel Monteiro que todos conhecem, pois já esteve no anterior Mandato, tendo de seguida usado da palavra. -----

Manuel de Jesus Monteiro – Iniciou a sua intervenção por se identificar e afirmou que é Presidente da Associação de Moradores da Bouça, sobejamente conhecida na cidade, a festejar 50 anos de atividade e com historial conhecido por todos. De seguida cumprimenta todos os presentes nesta Assembleia. Afirma que o motivo que o trás aqui não é a título pessoal, como é óbvio, é simplesmente em defesa da Associação à qual preside há alguns anos e no que diz respeito ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense e de seguida iniciou a leitura de um documento que passou a citar “ Ficamos perplexos quando após a nossa

candidatura a este Fundo de Apoio ao Associativismo, ficaram perplexos, não pelo facto de não terem sido contemplados, nada disso, antes pelo contrário perplexos com a atribuição do júri de uma determinada verba a uma Associação que tem um processo criminal pendente. Esta Associação em causa já tinha também participado no Orçamento Colaborativo e não foi contemplada pela Junta que é o mesmo, do Fundo de Apoio ao Associativismo. A Associação de Moradores da Bouça foi surpreendida com uma coisa gravíssima numa Associação denominada “Associação Desportiva e Recreativa do Recife”, com sede na Freguesia de Ramalde e que concorreu ao Apoio ao Associativismo. Surpreendidos ficamos quando a Junta de Freguesia de Ramalde nos confrontou com um email solicitando que validássemos uma fatura recibo no valor de 1.500,00 € que foi passada abusivamente pela nossa Associação, ficaram incrédulos porque o documento em causa foi enviado pela Junta de Freguesia de Ramalde, nem sequer tem o nosso logotipo. Foi uma fraude, uma vigarice. Desta maneira tinha de atuar. Comunicaram imediatamente à Junta de Freguesia de Ramalde. Porque aquele documento não era da Associação. Essa foi a 1ª coisa que fizeram. De seguida fizeram uma queixa-crime na esquadra da polícia de Cedofeita e cujo documento mostra à Assembleia. Está a seguir os trâmites legais naturalmente através da polícia judiciária. No seguimento de tudo isto fizemos também e comunicamos obviamente à Junta de Freguesia, desta União de Freguesias e como isso só não bastasse, como é óbvio, também enviamos um email ao Exmo. Júri, membros do júri: Miguel Ângelo Martins, Joana Forbes e Manuela Carmona Pinto da Costa, enviado no dia 29/03/2025, cujo teor foi o seguinte e passou a citar “A Direção da Associação de Moradores da Bouça, depois de analisado o Relatório Final enviado pelos Exmos. Senhores Membros do Júri da Fundação de Apoio ao Associativismo Portuense edição 2025 vem expor o seguinte: Em fevereiro deste ano a Associação de Moradores da Bouça comunicou à Junta de Freguesia do Centro Histórico que a Associação Desportiva e Recreativa do Recife estava a ser investigada pela Polícia Judiciária pela emissão de documentos falsos e obtenção ilícita de verbas públicas vindas do Executivo Municipal, nomeadamente a Junta de Freguesia de Ramalde e do Orçamento Colaborativo edição 2023. Depois disto parece-nos muito estranho que esta Associação Desportiva e Recreativa do Recife seja contemplada com uma verba de 4.000,00€ do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, Edição 2025 da Junta de Freguesia do Centro Histórico do Porto, correndo o risco de a própria Junta de Freguesia e o Exmo. Júri serem objeto de investigação pela polícia judiciária. Naturalmente o Exmo. Júri não tem obrigação de conhecer esta situação e perceberem que o Exmo. Sr. Presidente da Junta e o seu Executivo não devem interferir, nem se intrometerem nas decisões do Exmo. Júri, não podemos deixar de contestar este Relatório Final. Achamos muito grave a emissão de documentos falsos e com isso a obtenção ilícita de verbas públicas. Por isso não podemos ficar calados. Esperamos que o Exmo. Júri haja em conformidade. Ficamos à vossa inteira disposição para qualquer esclarecimento que porventura seja necessário. Aguardando as vossas prezadas notícias. Comprimentos A Direção”, fim de citação do email. Informa que até à presente data e hora, nada lhes foi comunicado pelo Exmo. Júri. Desta forma tinham de marcar presença nesta Assembleia em que se discute hoje o Apoio ao Associativismo Portuense para esclarecerem aqui hoje os Srs. Deputados e no geral, toda esta Assembleia. A pergunta é esta! Qual a razão pela qual o Júri não lhes respondeu a este email sobre este grave assunto em questão? -----

Presidente da Junta – Agradece a todos por estarem presentes, é importante para a União de Freguesias estarem presentes, sentir que o público se interessa cada vez mais pelo serviço público. De seguida dirige a palavra ao Sr. Manuel Monteiro, para dizer que fez chegar à Junta de Freguesia o sucedido em Paranhos. A verdade é que o projeto do ano passado desenvolvido

por essa Associação que é detentora da Rádio Metropolitana. O Sr. Manuel Monteiro fazia parte do projeto do ano passado que correu muito bem na União de Freguesias, no Mercado do Bolhão e o Executivo da Junta fez passar a mensagem do que estava a suceder no Júri, mas o Executivo deposita toda a confiança no Júri até porque têm feito um trabalho exemplar. Penso que é o mesmo Júri que nos últimos 3 anos tem ajudado a Assembleia de Moradores da Bouça. Este ano não foi contemplada, mas tem sido todos os anos. O ano passado o Sr. Manuel Monteiro fazia parte deste projeto e entende que decorreu muito bem para a União de Freguesias, sem qualquer problema, não houve nenhum documento aqui que colocasse em risco o projeto. Os coros da União de Freguesias foram mimados com festas à tarde, no Mercado do Bolhão poe duas vezes. Correu tudo em pleno. O facto de haver uma rutura entre a Associação de Moradores e este elemento que era vogal do Vosso Executivo, é uma guerra vossa, o documento falso deve ser alvo de investigação. Até algo em contrário, qualquer coisa, as pessoas podem ou não serem culpadas. Não está a dizer que é ou não. O que lhes interessa com a União de Freguesias é se o projeto foi bem desenvolvido, se o projeto correspondeu àquilo que foi proposto ao Júri. O ano passado o júri entendeu que cumpriram com o projeto, o Sr. Manuel Monteiro fazia também parte e cumpriu, foi um projeto bem desenvolvido. Entenderam este ano elegê-lo novamente, mas ele, quanto às eleições, está completamente tranquilo porque isto é decisão do Júri. -----

Fernando Oliveira (PS) – Afirmou que este assunto já aqui foi pelo menos, duas vezes por ele, esta situação da Associação do Recife. Achou estranho este nome e foi pesquisar e já fez duas ou três intervenções sobre isto aqui na Assembleia. Esclarece que nada disto o surpreende. Fico, no entanto, sem perceber algumas questões que o Sr. Manuel Monteiro veio aqui trazer e gostava, se pudesse esclarecer. Já foi dito aqui é a Associação do Recife que também tutela a Rádio Metropolitana, como o disse ao Sr. Presidente da Junta e que ele já o tinha dito há duas ou três Assembleias atrás e que muitas pessoas acharam surpreendente o que na altura afirmou e pelos vistos tem razão. Ficou sem perceber e deve ser culpa dele próprio, sobre quando diz que foi feita uma queixa na PSP, gostaria de saber contra quem, por outro lado saber também quem é o Presidente desta Associação ou Direção do Recife, pois também é importante saber para poderem enquadrar a situação. Quem é que passou as faturas supostamente falsas, conforme o Sr. Manuel Monteiro afirmou. São estas três questões que precisariam de saber e se possível melhor esclarecidas aqui. Por outro lado, se é verdade também que o Sr. Presidente da Junta lhes veio aqui dizer que o problema não foi aqui na nossa autarquia, mas foi na autarquia de Ramalde e não de Paranhos como disse. É evidente que não foi aqui, mas se há pelo menos de uma suspeita. Foi apresentada uma queixa é evidente também até se poder provar não se pode acusar ninguém, mas seria no seu entendimento seria uma medida, tomarem cautela. Se calhar tiraram ou a Junta porque neste caso é a responsável, pela elaboração do documento é a Junta de Freguesia mediante decisão do Júri. Entende que têm de ser cautelosos uma vez que existem estas suspeitas, existe uma queixa apresentada, existe já aqui um enredo tremendo. Se calhar era melhor retirar do documento não sabe como, não sabe qual o trâmite que se deve arranjar aqui para anular este assunto. Mas se calhar entende que era cauteloso, da parte de quem elaborou o documento pensar melhor sobre isso e tomar medidas no sentido de evitar que num dia destes também aconteça o mesmo que aconteceu em Ramalde. Gostaria, se fosse possível, por parte do Sr. Manuel Monteiro estas 3 questões formuladas. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Dirige-se ao Sr. Manuel Monteiro pois pretende que lhe seja esclarecido sobre uma dúvida. Penso que afirmaram que responderam ao Presidente do Júri ou ao Presidente da Junta no dia 29/03. Responderam a contestar, foi isso? O Relatório? Não



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature and initials in blue ink.

teve resposta da contestação? Esta resposta de contestação foi feita dentro do Prazo Legal ou não? E Sr. Presidente da Junta, houve alguma contestação, qual foi a resposta do Júri no que diz respeito à contestação do prazo legal, se houve resposta ou não relativa à contestação. -----

Manuel Monteiro – Afirma que espera não se ter esquecido nenhuma pergunta do Sr. Deputado Fernando Oliveira. Obviamente que a queixa que foi feita por ele próprio com o Presidente da Assembleia de Moradores da Bouça e pela tesoureira que o acompanhou foi em nome desta Associação. A queixa foi feita contra a Associação do Recife, porque a Junta de Ramalde declara como sendo a Associação Desportiva e recreativa do Recife, que ele próprio desconhecia, não sabiam a quem pertenciam, quem era da Direção, nem quem era o Presidente, mas hoje já sabem. Afirma que há uma coisa que é importante. Esteve ao serviço da Rádio Metropolitana do Porto, não é o de Amizade, supostamente de um amigo, porque a palavra amigo tem muito que se lhe diga. Quando ele teve conhecimento disto, só teve que fazer uma coisa: largar a rádio, pois não faria sentido. Só para esclarecer que não houve compadrio da sua parte, pois é um homem honesto, nunca esteve envolvido em coisas deste género. Tinham de tomar uma atitude e de fazer esta denuncia. Quer igualmente aqui dizer ao Sr. Presidente com o devido respeito que o que aconteceu o ano passado, trabalhou à sua maneira como pôde com dinamismo, com profissionalismo que outros não tiveram, incluindo o Sr. que está aqui em causa. Houve falhanços na devida altura, existiram programas que não se realizaram e alguns se realizaram, foi modéstia à parte, por causa da sua envolvimento e não quis dizer mais pormenores. O que está aqui em causa é esta grave situação do qual a Associação de Moradores da Bouça é vítima. Entende que mereciam um esclarecimento não por parte do Sr. Presidente da Junta como é óbvio, mas pelos membros do Júri. O que acham aqui estranho é que não houve uma resposta ao email que a Associação enviou. -----

Presidente da AF – Esclarece o Sr. Manuel Monteiro que as questões ficaram claras e solicitou que as suas intervenções fossem mais sucintas. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para afirmar ao Sr. Manuel Monteiro que quando falou que o Sr. tinha colaborado o ano passado, no projeto é porque viu que o Sr. fez um bom trabalho. Foram feitas festas na Freguesia. O que aconteceu na Junta de Ramalde, esta Junta aqui não tem nada a haver. Inclusive, aqui em defesa do Júri, pode dizer que os Srs. em audiência prévia contactaram o Júri, mas o Júri só tem de responder, se os Srs. fizerem em audiência prévia perguntas sobre porque é que o projeto não foi eleito. Esclareceu que não foi isso que os Srs. fizeram. O que os Srs. fizeram foi colocar em causa por que é que este projeto que correu bem o ano, passado este ano não foi eleito porque o Sr. passou um recibo, falso à Junta de Ramalde. Ninguém diz que não é grave. Ele está aqui em defesa de um Júri que tem sido impecável e respondendo ao Sr. Deputado Fernando Oliveira, a Associação do Recife é detentora da Rádio Metropolitana. Como qualquer Associação pode ser detentora, de um prédio, de um carro ou de um rádio. Não existe aqui nada de conflituoso. A Associação do recife é a Associação criada na devida altura o Sr. Manuel Monteiro trabalhou nesse projeto. Na União, de Freguesias foi fantástico, ele próprio divertiu-se imenso com os programas. O Júri entendeu eleger conforme o resultado das atividades do projeto do ano passado. Agora porque é que não respondeu, porque na audiência prévia tem de responder se se dirigirem, porque é que a candidatura da Associação Moradores da Bouça, não foi. Agora porque é que a outra foi, ele não tem obrigação de responder. -----

Presidente da AF - Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de seguida deu a palavra à deputada Natacha Meunier. -----



Natacha Meunier (PAN) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Agradeceu a intervenção do Sr. Manuel Monteiro aqui pois entende que intervenção como esta são muito pertinentes e aproveitou para saudar o público presente nesta Assembleia e que nas palavras dos companheiros e do Sr. Presidente, já o dissemos, é muito importante ver o público a participar nas Assembleias, a reforçar o trabalho que aqui é feito e a colaborar. Sobre a intervenção do Sr. Manuel Monteiro e sobre os factos que veio aqui trazer que surpreendeu a maioria dos Deputados e que reforça uma vez mais as preocupações que o PAN já anteriormente colocou em aprovação de Relatórios anteriores que este processo efetivamente se deveria tornar mais transparente e mais inclusivo também para os Deputados desta Assembleia para que possam com mais cuidado analisar e até provar e evitar questões como aqui nos coloca. No entanto ela é colocada agora e sobre ela tem a dizer que dada a gravidade dos factos aqui apresentados independentemente da presunção de inocência até apuramento desses factos, entendem como prudente que seja eventualmente suspenso o apoio referido a esta Associação, não que todo o processo tenha que ser suspenso, mas colocar de alguma forma em suspensão este apoio porque avaliando-se a veracidade destes factos acreditam que será do interesse da Junta de Freguesia, quer do próprio Júri não se ver envolvido numa possível atribuição de fundos a uma entidade que possa ter um processo criminal e que seja condenada por esse mesmo processo. Como disse até agora, existe a presunção de inocência por isso será de cautela e prudência colocar em suspensão o apoio a esta Associação, é a opinião do PAN, até que esses factos sejam apurados. Também aqui de ressaltar que nada disto estava descrito no Relatório, no documento que lhes chegou às mãos, nomeadamente nas datas que esteve a apurar pela sua intervenção, tendo em conta a notificação do Júri no dia 24/03 e a contestação da Associação no dia 29/03, pensa que está dentro do prazo estipulado pelo Regulamento não havendo resposta a essa contestação feita pela Associação parece-lhes haver aqui alguma falha no próprio Regulamento que está estipulado para atribuição deste apoio. Assim sendo e tendo em conta aquilo que os trouxe eu creio que será, como diria o Sr. Presidente de tomar aqui a palavra de seguida, de tomar aqui algumas posições e preocupações para que este processo não seja lesado também para as outras Associações. Não coloque em causa o restante fundo e apoio para as Associações que estão a aguardar, calcula com bastante avidez a atribuição dos seus apoios. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e de seguida deu a palavra o Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para afirmar que o Sr. Manuel Monteiro veio usar da palavra num momento que é destinado ao público que tem direito para falar, mas este ponto ainda não está em discussão. O Executivo vai ter de responder por ele, vai ter de falar sobre o Ponto na altura certa. Entende que devem andar com a Assembleia para a frente. -----

Presidente da AF – Interveio para dizer o que acabou de referir ao Sr. Presidente, mas não pode impedir os membros da Assembleia de se manifestarem. O pedido que fez é para serem sucintos. O Deputado Vítor é o último que está inscrito e não haverá mais inscrições. De seguida dá a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. -----

Fernando Oliveira (PS) – Afirma que sendo recetivo ao Sr. Presidente da Mesa, apenas para recordar ao Sr. Manuel Monteiro, se possível que os informe aqui, porque não disse na sua última intervenção e precisavam de saber quem é o Presidente desta Associação do Recife ou a sua Direção e ficou ainda com a dúvida e por isso insistir para saber quem é que passou as tais faturas supostamente falsas. São estas duas questões que eventualmente por lapso se esqueceu de os elucidar. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Não vem para discutir sobre este Ponto, mas tem algumas dúvidas e pergunta a alguém da Direção da Associação de Moradores da Bouça. É importante perguntar sobre o tempo de tudo. Quando é que a Associação foi notificada do relatório do Júri? Em que data? Qual o prazo dado pelo Júri para a contestação desse mesmo Relatório? Quando é que a Associação da Bouça emitiu a contestação a esse mesmo Relatório Qual é o tempo que o Júri tem para resposta da vossa contestação. -----

Presidente da AF – Interrompe o Deputado para o informar que vai na 4ª ou 5ª questão e o Sr. Manuel Monteiro não tomou nota das questões. -----

Ricardo Baptista (CDS) – Não está a discutir a Ordem de Trabalhos. Está a fazer uma questão à Associação pois foi a Associação que levantou este problema. É para fazer uma ordem cronológica do tempo para sabermos se houve uma resposta ou não dentro do prazo legal. É só essa a sua dúvida. Desta forma qual foi a resposta do Júri independentemente do objeto da contestação da Associação. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que só pode lamentar o que se está a passar que é uma surpresa para todos. Estão perante uma situação que vai ser discutida num Ponto da Ordem de Trabalhos. Este ano com prazos muito mais apertados por ser fim de Mandato e isto causa muita apreensão porque revela novamente a correção da posição da CDU que sempre questionou a falta de um Regulamento discutido nesta Assembleia, mas julga que neste momento vendo já estes dados estão em condições de quando forem votar o Ponto seja feita uma retirada do Ponto para que seja corrigido todo o conjunto de situações que estão aqui a ser relatadas, mas entende que têm de avançar com a sessão. -----

Presidente da AF – Informou que existe um elemento do público que pretende usar da palavra. Deu a palavra ao Sr. Carlos Branco. -----

Carlos Branco – Interveio apenas para fazer um pequeno reparo a esta Assembleia a propósito de um membro do Júri. Trata-se de uma questão familiar e com todas as reservas e até ressalva o nome que esse membro do Júri assinou em relação à Dra. Manuela Carmona Pinto da Costa. Tem apenas a dizer que ela já não tem o último nome de Pinto da Costa. Ela é Dra. Maria Manuela Carmona Graça. -----

Presidente da AF – Informou que dá por terminado o Período Antes da Ordem do Dia. De imediato entrou-se no Período da Ordem do Dia e de seguida entrou-se no Ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos “Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta”. Neste momento o PS solicita ao Sr. Presidente da Mesa a interrupção dos Trabalhos por alguns minutos, tendo o mesmo sido aceite, mas cuja duração não ultrapasse os 3 minutos. Após o reinício dos trabalhos entrou-se no Ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos acima referenciado. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para informar que propõe para subir ao Executivo o Sr. Abel Rodrigues Magalhães. -----

Vítor Vieira (CDU) – Informa que a questão agora aqui a apreciar é a eleição de um Vogal devido à renúncia de uma pessoa que foi eleita para o Executivo, mas que, entretanto, tem faltado às reuniões do Executivo sem dar qualquer justificação tendo já claramente ultrapassado todos os prazos e, portanto, estando em condições de ser comunicada a tribunal para lhe ser declarada perda de mandato. Na última sessão de Assembleia em que trataram do assunto similar, perguntou ao Sr. Presidente da Junta se já tinha comunicado à Mesa, as faltas injustificadas da respetiva Vogal para que se pudesse avançar com o processo de perda de mandato. Comunicou na altura que iria fazer. Pergunta à Mesa se já recebeu e se já comunicou ou tomou alguma medida para o processo de perda de mandato. -----

Presidente da AF – Informa que não receberam. De seguida procedeu-se á recolha dos votos. Após a contagem dos mesmos, o resultado da votação foi a seguinte: Votos em Brancos: 11, Votos a favor: 6. A CDU não votou este Ponto da Ordem de Trabalhos. Não foi aprovado a eleição do Membro da Assembleia para o Executivo da Junta. -----

Vítor Vieira (CDU) - Informa que para não atrasar mais o processo, entrega à Mesa uma Declaração idêntica à das dez vezes que este assunto veio à Assembleia. Anexada a esta Ata com o nº 3. -----

Presidente da AF – Deu entrada no Ponto 2 da Ordem de Trabalhos. “Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense Edição 2025”. -----

Presidente da Junta – Afirma que o Fundo de Apoio ao Associativismo 2025 tem 28 projetos aprovados. Lembra-se do 1º Fundo de Apoio ao Associativismo parece que foram 19, no ano a seguir 21, no seguinte 24 e este ano chegamos às 28. Foram a única Junta na cidade do Porto que meteu trinta mil euros no Associativismo. Não estão a distribuir 120,000,00 € como as outras Juntas. Estão a distribuir 130,000,00 €. Uma Junta que há três anos e meio não tinha dinheiro para pagar ordenados, estão neste patamar são a Junta na cidade que mais estão a apoiar. Aproveita para esclarecer algumas dúvidas e afirma que o Executivo não tem competência qualquer na eleição dos projetos. O Executivo delega no Júri, o que foi aqui transmitido pela Associação de Moradores da Bouça é grave, é um assunto que deve ser resolvido na esfera jurídica, mas não é com esta União de Freguesias. O Júri diz o seguinte e passa a citar! “Em relação à Associação de Moradores da Bouça, os Membros do Júri registam a informação vinculada. Contudo os elementos transmitidos não motivam a exclusão da candidatura nem a alteração da avaliação feita á mesma. Não foi enviada á Associação porque a notificação do relatório apenas é feita depois de aprovado em Assembleia de Freguesia, fim de citação. Compreende e aceita a preocupação da Assembleia de Moradores da Bouça, transmitiu ao Júri o que lhe foi informado, mas ele não tem competência. O projeto aqui nesta União de Freguesias correu bem, foram feitas festas na Freguesia, na Sé, em Miragaia, no Mercado do Bolhão, nos vários coretos da União de Freguesias. Entende que o Júri tem elegido porque o projeto tem corrido bem. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que esta situação que hoje aqui vivemos, coloca-os numa situação muito complicada. O Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, como sabem, foi uma proposta da CDU que foi mal-executada pela Câmara Municipal no mandato anterior e neste mandato foi passado o encargo para as Juntas de Freguesia, pagando-lhes 5,000,00€ para terem um apoio Jurídico na preparação do processo de seleção de projetos a apoiar. Se é certo que isso trouxe a vantagem de aumentar o número de entidades apoiadas com valores mais pequenos, evidentemente também trouxe alguns problemas no que respeita à indefinição resultante de continuar a não haver uma apreciação prévia desta Assembleia de Freguesia quanto a um Regulamento que enquadrasse a ação do Júri como afirmava através das diversas forças políticas em anteriores mandatos. Ora, aqui têm mais uma consequência. Um dos aspetos que aqui é grave é que o período concedido para apreciação da proposta de lista final do Júri que foi entregue aos concorrentes previa a resposta em cinco dias úteis. Ora qualquer pessoa que tenha o mínimo de conhecimento jurídico sabe que o prazo mínimo de apreciação são 10 dias, não são 5 dias Além de que, pelo que lhes agora é comunicado por uma Associação que já participou e que está aqui presente, comunica-lhes que, dentro do prazo concedido apresentou uma reclamação, uma queixa, uma denuncia, chamem-lhe o que quiserem, mas não consta no documento se as pessoas não tivessem cá vindo teriam agido consoante o que estava aqui e votariam favoravelmente o relatório porque entendem que é necessário apoiar o Associativismo Popular. Mas perante esta situação, a CDU não está em



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

condições de votar favoravelmente este documento não se sente confortável. É como se costuma dizer: “só se vê um iceberg 10% do seu tamanho.” -----

Presidente da Junta – Afirma que o Sr. Deputado está errado. Se não viessem cá falar sobre a situação, na Ata final do Júri está lá tudo explicado. O Sr. Deputado está a apreciar o Relatório Final de Apoio ao Associativismo. Na Ata final do Júri está lá tudo esclarecido. -----

Natacha Meunier (PAN) – Afirma que sobre este Ponto e falando um bocadinho à margem de toda a situação aqui trazida, também algumas questões que também já tinham em relação ao Relatório que lhes foi apresentado, deixar uma nota positiva de reforço desta verba por parte do Executivo desta Freguesia, há que dar conta que é um avanço positivo. Contudo e pelo número de candidaturas que observam neste Relatório, comprovam mais uma vez que ainda com este reforço do Executivo muitas candidaturas ficaram por aprovar, para além de só ter contado 26 candidaturas aprovadas, embora o Sr. Presidente tivesse falado em 28. Foi verificar novamente e só consegue verificar 26 candidaturas no Universo de 67 candidaturas apresentadas, parece-lhes que lhes fica muito aquém daquilo que são as necessidades das Associações que operam nesta Freguesia. Insiste mais uma vez que este Executivo faça o seu papel junto, nomeadamente junto da Câmara Municipal para dar a entender o quão é importante reforçar a verba. Também dar nota mais uma vez da necessidade, na perspetiva do PAN, separar o eixo da juventude, do eixo Ambiente. São desafios que na opinião do seu Partido, são completamente diferentes e deveriam também ter cabimentações, também elas diferentes e análises diferentes. Também repararam em força de isso mesmo e pareceu-lhes um tema bastante interessante e também como já referiram em eleições anteriores que deveriam ter este processo de forma mais transparente a chegar à Assembleia, nomeadamente com informação mais detalhada daquilo que são os projetos das candidaturas, mas saltou-lhes à vista uma candidatura da Associação Terra, nomeadamente com um projeto de uma Eco oficina que acreditam que pudesse ser numa mais-valia. Não sabendo muito mais sobre o projeto, mas que pelo seu título pudesse ser uma mais-valia para a Junta de Freguesia, nomeadamente no compromisso com a sustentabilidade a que esta Freguesia deveria estar associada, inclusivamente porque foi curioso porque se identifica bastante com uma das propostas que já trouxeram várias vezes no Estatuto do Direito da Oposição que era dum Repair Café que o Sr. Presidente inclusive mostrou algum interesse em avançar. Efetivamente pareceu-lhes um projeto bastante interessante por ser apoiado e que infelizmente não o foi, como o podem verificar. Na verdade, nenhuma candidatura relacionada com a sustentabilidade ou com o ambiente foi apoiada neste Fundo de Apoio ao Associativismo. Contudo dar mais uma nota positiva de apoio à Associação de animais de Rua, o eixo da proteção animal. É infelizmente a única a candidatar-se dentro desta temática. Gostariam de instar que mais Associações o pudessem fazer porque é um tema cada vez mais relevante nomeadamente este projeto que é de maior valor porque traz famílias carenciadas a possibilidade de terem a dignidade para não terem de escolherem entre, por exemplo, entre medicamentos e alimentarem os seus animais de companhia e também lhes parece um ponto positivo. Dar também nota de apoio a uma Associação no valor de 39.490,38 € que no universo daquilo que é o orçamento geral para este Fundo de Apoio ao Associativismo e o universo daquilo que são a generalidade dos apoios a todas as Associações, parece-lhes haver aqui uma disparidade muito grande no valor e por isso quer deixar aqui uma Proposta que seja, na impossibilidade do aumento da dotação financeira, que seja revisto algum critério de percentagem de apoio para que possam ser apoiadas mais Associações e tentar diminuir aqui alguma disparidade que possa estar a existir. Têm Associações com 1,000,00 € e depois uma outra Associação com 39,000,00 € o que lhes parece uma disparidade muito grande. Em

10



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

relação a tudo o resto, em relação ao que aqui foi trazido relativamente a Associação Recife e á disputa com a Associação de Moradores da Bouça parece-lhes suficientemente grave e pertinente para que a votação do PAN tenha aqui algum pendor diferente daquele que inicialmente teriam pensado trazer. Como afirmou antes da Ordem do Dia a sugestão seria averiguar aqui alguma forma de suspender, não obviamente todo o processo, pois sabem que é impraticável para as restantes Associações que estão a aguardar o apoio, mas neste caso específico, tendo em conta o caricato da situação e dos factos pudesse ser colocado aqui pausas para de alguma forma para que a avaliação desta Associação para que se possa serenamente depois analisar com toda a calma e cautela a evolução deste processo. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Interveio e solicitou ao Sr. Presidente da Junta para retirar este Ponto da Ordem de Trabalhos e não fizessem hoje a votação pois entende que existem coisas que deveriam rever e acha que era útil não ser efetuada hoje a votação. Acha muito importante o apoio às coletividades e às Associações a quem a Junta está a querer ajudar. Porque no Código do Procedimento Administrativo no artigo 122.1 diz o seguinte e passa a citar: “o período para contestação para audiência prévia não deverá ser inferior a 10 dias”, fim de citação. Aqui neste Regulamento estão apenas a considerar 5 dias. Poderá haver aqui alguma matéria que não seja correta. Também refere no seu ponto 2 que deverá ser dado notificação a quem lhe der alguma reclamação e com hora e local onde possam consultar o seu processo e qual o seu procedimento. Segundo o que disse a Associação de Moradores da Bouça não teve qualquer resposta, independentemente do objeto da contestação. Não está a ver se é legal ou não. Sem dúvida nenhuma é uma Associação que está a levantar um problema um processo que ainda não transitou em julgado, portanto não existe qualquer problema neste momento, o único problema é que a Associação não teve uma resposta, nem data e hora para consulta do processo. -----

Sandra Mondim (PS) – Afirmou que o PS face às questões que no período do público foram aqui suscitadas pelo Sr. Manuel Monteiro e algumas dúvidas que pretendiam que fossem esclarecidas, propunha a possibilidade da retirada deste Ponto e ser novamente trazido o mais rápido possível, até porque precisamente não querem por causa duma situação fiquem em risco os apoios para as outras Associações, mas poder ser discutido aqui o mais rápido possível com a presença do Júri para determinados esclarecimentos. -----

Presidente da Junta – Afirmar que desconhecia os dotes Jurídicos do Deputado Ricardo Baptista. No entanto o prazo de 5 dias a exercer o direito de audiência prévia, está previsto nas condições gerais. Todo o procedimento foi correto, toda a análise do processo foi correta. Não pode colocar em dúvida o trabalho do Júri que tem muito que agradecer, têm feito um excelente trabalho. Está em questão o apoio a 28 Associações. Esta Associação, como disse o Júri no Relatório final da Ata não existe qualquer conflito com a União de Freguesias. O Projeto do ano passado foi bem executado. Prestaram toda a documentação legal correta a esta União de Freguesias, têm 26 projetos a aguardar que esta Assembleia aprove este Apoio. Não vai colocar em questão a decisão do Júri. O Júri aqui é soberano, o Júri analisou, era conhecedor de todo o processo e se o Júri decidiu, ele próprio não tem competência de dizer ao Júri que está errado. Até porque viu aqui a Sra. Deputada que houve um projeto de 39,000,00 € em que uma Associação em comparação com outros, se calhar deveria ler e que é uma creche que dá resposta a mais de 250 famílias. É colocar em questão a decisão dum Júri. O Júri faz um trabalho Pro Bono, faz um trabalho fantástico e quando se coloca em questão a decisão do Júri é grave. Afirmar que está a cumprir todo o Procedimento. -----

Leonor Figueiredo (BE) – Afirmou que não era para falar, mas entender que deveriam avançar com a Assembleia pois perdem muito tempo nos apartes. Entende que é uma enorme



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature and initials: RB 11

deselegância, mas o Sr. Presidente não lhe leve a mal, estão a fazer-se aqui críticas, a falta de transparência, ao Regulamento não ter sido colocado à apreciação desta Assembleia de Freguesia a uma questão agora aqui falada e que segundo percebeu não consta do Relatório final. As pessoas aqui presentes não estão a par das informações e o Sr. Presidente estar a escudar-se nesta chantagem em que isto é um ataque ao Júri, é antidemocrático e pede desculpa. Vão discutir, mas têm todos de aceitar as críticas, pois estão num sistema democrático já agora sente aqui alguma falta de referência ao 25 de Abril, após 50 anos da 1ª eleição democrática. Entende que é um pouco deselegante por parte do Sr. Presidente da Junta, como se alguém estivesse a atacar o Júri e que obviamente não é essa a questão. Se fosse uma questão de Júri e o Júri é soberano, ninguém pode dizer nada sobre este processo, não estaria na Ordem de Trabalhos. “Apreciação e Votação”, estaria só Votação. Ninguém poderia emitir opinião, votavam todos a Proposta. As pessoas têm o direito de estarem aqui a fazerem críticas. Não tem de vir fazer chantagem emocional, porque isso fica mal. Não é essa a questão, ninguém está a colocar em causa o trabalho do Júri e acha que é completamente desnecessária até uma perda de tempo para as pessoas que estão aqui e entende que lhe fica mal. -----

Presidente da Junta – Interveio para afirmar à Sra. Deputada, desde quando o Presidente é deselegante por interceder pelos interesses desta União de Freguesias. Entende que deselegante foi a Sra. Deputada, pois não percebe. Tem de dizer qual é o interesse da União de Freguesias. Não é chantagem emocional. É o cumprimento das regras que lhe é imposta numa delegação de competências da Câmara para a Junta que a Sra. desconhece devia de ler um pouco mais. Ele não tem competência nesta matéria. Deselegante não é. Está aqui para defender os interesses da Freguesia, escolherem o Júri e a Sra. Tem o direito de votar num País democrático. -----

Natacha Meunier (PAN) – Interveio só para fazer um reparo do que proferiu há pouco. Relativamente à sua intervenção, não tinha intenção nenhuma de colocar em questão, nem em causa, a decisão do Júri. Tinha apenas como sugestão de que fossem revistos os critérios de um Regulamento que não existe, pelo menos eles não têm acesso para que fosse possível apoiar mais Associações e talvez que o valor seja distribuído de outra forma por elas. Não está a dizer que esta Associação não é meritória, existem outros fundos de financiamento e se calhar desvirtua um pouco a intenção deste Fundo de Apoio ao Associativismo, haver uma discrepância tão grande de valores. Ainda sobre a questão deste todo alvoroço judicial sobre uma das candidaturas. Efetivamente ao PAN deixa-os preocupados com o facto de que nada disto constar efetivamente do Relatório Final. Acabou de saber pelo Deputado Vítor Vieira, é muito expedito a consultar a legislação que aquilo que está definido para a audiência prévia, é o período de 10 dias e não de 5 dias como consta do Relatório que lhes foi entregue. Mais uma irregularidade com que são confrontados e não os podem deixar confortáveis. Crê que estão todos com muita vontade de aprovar este Fundo de Apoio. Todas as Associações que foram apoiadas ou que foram contempladas merecem ter o apoio o mais breve possível. Isso é um facto de que ninguém discorda, mas têm de ter transparência, rigor e honestidade na forma como conduzem este processo, tem que lhes serem dadas a honestidade e o rigor na hora de votar e é esse o apelo que faz ao Sr. Presidente da Junta que lhes traga aqui os esclarecimentos devidos para que possam votar em consciência. -----

Presidente da AF – Pergunta se o Sr. Presidente da Junta pretende intervir, tendo o próprio declinado o convite. Informa que está encerrada a discussão deste Ponto nº 2 da Ordem de Trabalhos. “Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense Edição 2025”. De imediato procedeu-se à votação, cujo resultado foi o seguinte:



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Votos a favor: 7, sendo 6 do Aqui há Porto-RM e 1 do PS. Abstenções: 6, sendo 3 do PS, 2 do BE e 1 do PAN. Votos contra: 6, sendo 4 do PSD e 2 da CDU. Este Ponto foi aprovado. De seguida informa que vão ser entregues a posteriori Declarações de Voto das seguintes forças partidárias: CDU, PAN, BE e PSD, que ficarão anexas à ata com os nºs 4, 5,6 e 7. Aproveita para relembrar que a entrega destes documentos é no prazo de 3 dias. De imediato entrou-se no Ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação do Relatório Final do Orçamento Colaborativo Edição 2025”. -----

Presidente da Junta – Começou por agradecer à Assembleia a aprovação do ponto anterior. Relembrou que o Executivo da Freguesia reforçou o orçamento colaborativo com mais vinte mil euros. Desde o início do mandato que tem sido um trabalho difícil com uma coligação que votou sempre contra tudo inclusive o saldo de gerência do ano passado de cento e oitenta mil euros, inclusive o apoio ao Fundo de Apoio ao Associativismo, é grave ser contra, porque é um apoio a vinte e seis projetos. Tem agora trinta projetos eleitos e lembra aos senhores deputados que a Junta bateu o record da cidade, pois receberam setenta candidaturas. É um trabalho de proximidade, que tem dado nas vistas de todas as entidades que se interessam em trazer projetos para a União de Freguesias. -----

Vítor Vieira (CDU) – Lamenta que o Sr. Presidente da Junta voltado a falar do Ponto anterior, lembra que havia a possibilidade de o Ponto ser retirado, e corrigido os problemas, nomeadamente o incumprimento das próprias regras que a Câmara definiu que aponta para o cumprimento do artigo 122 do Código de Procedimento Administrativo, que prevê dez dias e o Júri dá cinco dias úteis e ninguém percebe nada, porque não há acesso a atas, não há nada. Voltando ao Ponto em questão Orçamento Colaborativo, recorda que no início deste mandato todas as forças políticas afirmavam esperar que este procedimento delegado pela Câmara Municipal passasse a contar com os contributos de todas elas, através de um regulamento, normas, orientações que permitissem recuperar a dignidade e credibilidade perdidas nos anteriores mandatos e que levaram que a União de Freguesias fosse arredada do processo em 2020 e 2021. Apesar dessa afirmação inicial a maioria “Aqui há Porto – Rui Moreira” e seus aliados PSD puseram de lado essa possibilidade, alegando que a Câmara é que define tudo. Nem sequer o Júri pode melhorar o documento. Em 2023 e 2024 a situação voltou a repetir-se e de novo a CDU votou contra rejeitando as calúnias que foram lançadas e mais uma vez hoje foi feito. Coerentemente sempre afirmaram que não existindo regulamento a CDU está contra a solução. Sem desprimor algum a quem colaborou no procedimento, sem desprimor para os membros do Júri, a CDU não vai subscrever ou apoiar os resultados deste processo. Reafirmando que os que está em causa não são os candidatos nem o Júri, mas sim um processo que consideram errado, que não permite alcançar os objetivos inicialmente enunciados, comprovadamente é um mau instrumento que foi transformado em pequenos subsídios a muitas entidades publicas e privadas que não resolvem os seus problemas de fundo e liberta a Câmara de diretamente protocolar com essas entidades soluções mais adequadas. E apesar das insistências, ainda hoje continuam sem ter notícias dos resultados concretos finais do que tem resultado este processo, o que não é bom e parece até indiciar a vontade de esconder algo, porque não têm nem do Associativismo nem do Colaborativo, não têm nenhum relatório final e já foi pedido por escrito. Assim mais uma vez a CDU manifesta-se contra este processo o que não impede que mais uma vez deixem ao júri e candidatos contemplados ou não a solidariedade e votos de continuação de bom trabalho. Apresentou à Mesa uma declaração de voto, a qual fica anexa com o nº 8. -----

Presidente da AF – Perguntou se mais algum deputado para além da deputada do PAN, queria se inscrever para participar neste ponto, não houve pedido de participação. -----

Natacha Meunier (PAN) – Disse que neste ponto, as questões são muito semelhantes às do ponto anterior. Nomeadamente a necessidade de ter mais informações sobre as candidaturas, e tal como já tinha sido referido no ponto anterior, este reparo não tem a ver com a decisão do Júri nem coloca em causa o trabalho do Júri mas com as discrepâncias que se possam criar na falta de regulamentação, e deu como exemplo de fontes alternativas de financiamento para os projetos que se candidatam, também observam no caso de uma das associações ter um apoio de cerca de vinte mil euros, que é muito discrepante dos valores das outras associações que concorrem. Desta forma insta o Executivo para que sejam clarificados os critérios e que seja elaborado um regulamento concreto e transparente para este orçamento colaborativo. -----

Presidente da Junta – Disse que o Executivo está orgulhoso por conseguir nestes quatro anos apoiar com 270,540 e um milhão de euros projeto a desenvolver. Foram cerca de cinquenta projetos por ano que foram apoiados. A Junta está completamente dedicada a apoiar a União de Freguesias. -----

Presidente da AF – Informa que está encerrada a discussão deste Ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação do Relatório Final do Orçamento Colaborativo Edição 2025” procedeu-se à votação, cujo resultado foi o seguinte: onze votos a favor, sendo seis do Aqui há Porto – RM, quatro do PSD e um do PAN; Votos contra dois da CDU e Abstenções foram seis sendo quatro do PS e duas do BE. Este Ponto foi aprovado. -----

Presidente da Junta – Agradeceu ao PSD e PS por não votarem contra, à CDU por votar contra trinta projetos. -----

Presidente da AF – Deu início ao Ponto nº 4 “Apreciação e votação do contrato de cedência temporária de 3(três) salas do edifício sito na rua Campo dos Mártires da Pátria nº22, Porto ao Teatro Nacional S. João, E.P.E.” -----

Presidente da Junta – Disse que foi contactado pelo Mosteiro de São Bento da Vitória, que fica perto do Edifício da Junta de Miragaia, o Mosteiro assim como as salas de serviço vão entrar em obras e foi pedido à Junta uma cedência temporária de três salas em contrapartida, foi feito um protocolo, onde eles apoiam a Junta com visitas e ações de teatro para os meninos, etc. referiu que está na documentação tudo explicado para usar durante três meses, três salas do Edifício de Miragaia. -----

Vítor Vieira (CDU) – Perguntou ao Sr. Presidente da Junta se não queria corrigir alguns problemas e erros no documento e não quer retirar este ponto. Sobre a proposta de cedência de três salas e auditório do Edifício da ex-Junta de Freguesia de Miragaia ao Teatro São João, enquanto decorre obras no seu espaço habitual, não esclarece o que vai ser feito nessas três salas, e que consequências poderá ter no edifício e na vizinhança nem toma precauções de responsabilizar a entidade pelos consumos da eletricidade, água, comunicações e consumíveis, incluindo limpeza das instalações. Acresce que apresenta lamentáveis erros ortográficos. Por isso perguntou se era para retirar, apesar disso e apenas face à reconhecida idoneidade da instituição a CDU vota favoravelmente este protocolo de cedência embora reconhecendo haver riscos de consequências financeiras pessoais e por esse facto recomenda que com brevidade seja presente a esta Assembleia uma adenda em que a entidade se responsabilize pelos consumos de que seja responsável. Apresentou à Mesa uma declaração de voto, a qual fica anexa com o nº 9. -----

Fernando Oliveira (PS) – Disse que o PS concorda com esta cedência, e acrescentou que já era altura da União de Freguesias retribuir ou melhor haver uma parceria com o Teatro Nacional São João porque enquanto foi presidente da Junta de Freguesia da Vitória, muitas vezes a direção do Teatro Nacional São João cedeu instalações como por exemplo o Carlos Alberto e o



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature and initials: "LBR" and "B".

salão em São Bento da Vitória, para que fosse possível realizar eventos para a terceira idade e para as crianças da Freguesia. Por isso é de louvar este tipo de parcerias. -----

Presidente da Junta – Disse que há uma contrapartida financeira para pagar despesas, os espaços vão ser utilizados pelos serviços administrativos que estão neste momento em São Bento da Vitória, vão passar para os três gabinetes do edifício. Há um protocolo bastante interessante com o Teatro São João porque inclusivamente a Junta comprou oitenta bilhetes para uma peça de teatro e levaram os idosos, com um desconto fantástico. Também tem havido visitas gratuitas ao Mosteiro de São Bento da Vitória. Tem sido utilizado estes equipamentos culturais importantes na União de Freguesias para fazer esse tipo de parcerias. -

Natacha Meunier (PAN) – Disse que já que falam de cultura, algo relativamente raro nesta Assembleia de Freguesia, insta o Presidente da Junta a aproveitar esta parceria, esta relação mais próxima com o Teatro Nacional de São João, mas não só e com mais associações e programadores culturais da cidade se calhar aceitar a proposta do PAN que foi colocada no Estatuto de Direito de Oposição de oferecer passes para acesso a equipamentos culturais desta Freguesia para todos os fregueses. Porque acha que a Junta precisa de dar um passo à frente no acesso à cultura. Deixa aqui este repto ao Senhor Presidente. -----

Presidente da AF – Informa que está encerrada a discussão deste Ponto nº 4 “Apreciação e votação do contrato de cedência temporária de 3(três) salas do edifício sito na rua Campo dos Mártires da Pátria nº22, Porto ao Teatro Nacional S. João, E. P.E”. Procedeu-se à votação, cujo resultado foi o seguinte: Aprovado por unanimidade. -----

Presidente da AF – Deu início ao Ponto nº 5 Apreciação e votação da Cedência parcial de sala no 1º andar, do edifício da Rua de Augusto Rosa, nº 198, no Porto, à HUELLATINA. -----

Presidente da Junta – Disse que a HUELLATINA, é uma associação de apoio aos imigrantes sul-americanos, está presente nesta Assembleia a senhora presidente, agradeceu a sua presença. Esta Associação tem feito um trabalho fantástico com a União de Freguesias, já há uns anos com idas às escolas, aos ATL'S e inclusive participado nas rusgas. Apoia os imigrantes que chegam ao nosso país e precisam de ser informados dos requisitos para permanecerem em território nacional. Acha importante uma Associação que se preocupa com quem escolhe a nossa cidade para viver e trabalhar. Nesse sentido há uma sala no Edifício da Sé, que foi usada pela Modusdever mas que já não está mais em uso e pode ser para esta Associação caso os Senhores Deputados da Assembleia o entendam.

Ricardo Baptista (PSD) – Disse que sobre esta cedência o PSD não se opõe, mas deve alguma ajuda financeira para o pagamento, uma contrapartida tal como no protocolo anterior, para o pagamento dos consumos da água, luz e da limpeza do edifício. Pensa que seria útil para esta Junta. -----

Presidente da Junta – Respondeu ao Senhor Deputado entenda que o executivo entende que pôr as respostas sociais acima do dinheiro é muito mais importante. Acha que as respostas que há no Edifício da Sé tais como a União Desportiva da Sé, os Serviços da Junta a funcionar e esta associação também vai usar. Financeiramente a Junta está saudável e pode suportar estas respostas. São respostas importantes. Talvez um dia quando o PSD ganhar a Junta faça a gestão financeira que fez em Cedofeita. -----

Vítor Vieira (CDU) – Disse que pelo que já viu e pelo que disse o senhor Presidente não vai retirar o ponto para o corrigir e trazê-lo devidamente corrigido a esta Assembleia. Esta proposta de cedência temporária de uma sala no Edifício da Junta de Freguesia da Sé à cooperativa HUELLATINA que reúne portugueses imigrantes sul-americanos com louváveis fins, agradecendo a presença nesta Assembleia dos representantes desta Associação. Lamentavelmente e tal como na proposta anteriormente apreciada não toma a precaução de

responsabilizar entidades pelos consumos de eletricidade, água, comunicações e consumíveis incluindo limpeza das instalações. E aqui já nem há a contrapartida financeira que no caso do Teatro Nacional de São João são de cento e vinte euros. Tal como nessa proposta anterior também aqui se verificam lamentáveis erros ortográficos. Era isto que queria que fosse corrigido. Apesar disso e apenas face às louváveis intenções da instituição que mais uma vez felicita a CDU vota favoravelmente este protocolo de cedência embora reconhecendo haver riscos de consequências financeiras pessoais e por esse facto recomenda que com brevidade seja presente esta Assembleia uma adenda em que clarifique quem se responsabiliza pelos consumos. Apresentou à Mesa uma declaração de voto, a qual fica anexa com o nº 10. -----

Presidente da Junta – Disse que não queria demorar mais esta Assembleia, disse que cabe ao executivo decidir se cobra ou não. O Teatro de São João vai pagar porque vai fazer serviços administrativos que fazia no edifício deles e onde tinham as despesas de água e luz. Aqui estão a falar de uma resposta social importante, a cidade está a colher montes de imigrantes que precisam de ser aconselhados, encaminhados. Esta resposta é precisa, não é possível estar a pôr uma Associação sem fins lucrativos e a prestar respostas quando a Junta tem essas condições. Questionado sobre o próximo executivo respondeu que pode ou não renovar o contrato de cedência. -----

Natacha Meunier (PAN) – Disse que em relação a este ponto apraz ver um passo na direção do acolhimento de pessoas imigrantes em Portugal. Que seja este o primeiro passo de muitos. E volta a instar o executivo que como fez com a HUELLATINA, e acha que fizeram muito bem porque efetivamente vive-se uma crise de falta de humanismo e empatia no acolhimento de pessoas que escolhem Portugal para ser a sua casa e para contribuírem para este país e acha mais do que sobejamente importante o trabalho de associações que promovem a integração e a igualdade de oportunidades das pessoas, que uma vez mais nos escolhem para fazerem aqui a sua vida, que escolhem Portugal como sua casa. Por isso pedir ao senhor presidente se calhar que reveja e aproveitando esta parceria que aqui vai desenvolver e reveja as necessidades enormes que esta Junta de Freguesia tem, nomeadamente na população imigrante. Aproveita para fazer um reparo no contrato quando se fala na cláusula segunda de emigrantes, crê que se pretende dizer imigrantes, ou seja, quem nos vista a nós. Julga que esta Junta tem um papel enorme a desenvolver no acolhimento e na integração das pessoas imigrantes porque efetivamente é uma das Juntas de Freguesia a que possui uma população muito grande de imigrantes, muitos deles que precisam e recorrem inclusivamente aos serviços desta Junta para serem integrados e que possa aprender com este protocolo a desenvolver mais parecerias com mais Associações de inclusão e integração de pessoas imigrantes em Portugal, dada a crise humanitária que se vive atualmente neste país. -----

Presidente da Junta – Lamentavelmente quem elaborou o documento foi o jurídico da Junta, e se tem alguns erros, pede desculpa, mas ainda bem que o senhor deputado vai votar a favor é sinal que percebeu exatamente tudo o que está lá escrito. Quanto ao papel desta Junta de Freguesia perto da comunidade imigrantes há já vários anos que apoiam as comunidades DO Bangladesh e na sua atividade religiosa que realizam na Estação do Metro da Trindade. A Junta apoia tudo o que é imigrante e que escolhem o nosso país para trabalhar. E há dois anos que andamos em conversações com a HUELLATINA, não tem sido fácil trazer a esta Assembleia um documento para ser aprovado porque é sempre muito conflituosa esta Assembleia. O Executivo podia fazer mais e queria fazer mais, mas vem a esta Assembleia e pouco ajuda. ----

Fernando Oliveira (PS) – Disse que não quer contribuir para esse grupo de conflituosos que existe nesta Assembleia, só dizer o seguinte nos tempos que correm em que movimentos

reacionários de extrema-direita e não só, até discursos de ódio contra os imigrantes, apenas dizer sejam bem-vindos e ajudem a engrandecer a nossa comunidade. -----

Presidente da AF – Informa que está encerrada a discussão deste Ponto nº 5 Apreciação e votação da Cedência parcial de sala no 1º andar, do edifício da Rua de Augusto Rosa, nº 198, no Porto, à HUELLATINA. Procedeu-se à votação, cujo resultado foi o seguinte: Aprovado por unanimidade. PSD vai entregar a declaração de voto no prazo de três dias. -----

Presidente da AF – Deu início ao Ponto nº 6 Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato de Cedência Temporária nº ,303, celebrado com o Município do Porto, referente ao /CF do prédio sito na rua de S. Pedro de Miragaia, nºs 10 e 12 e celebração de contrato de parceria com a Associação D.R.A.M.A.S. -----

Presidente da Junta – Disse que a Associação DRAMAS é uma associação cultural e que simboliza o Duque da Ribeira, uma história que tem de ser mantida e orgulhar dela, esteve em constante negociação com o Executivo Municipal para arranjar um espaço para o DRAMAS e foi atribulado, mas conseguiu e traz a esta Assembleia e para os Senhores Deputados deliberarem sobre a dinamização do espaço por parte da Associação DRAMAS.

Vítor Vieira (CDU) – Perguntou ao Senhor Presidente se não vai retirar o ponto para corrigir os problemas do documento. Os anteriores tinham e ele gosta das coisas corretas. Esta proposta visa ou alega visar a cedência de um espaço em Miragaia pertença do Município e que está alugado desde pelo menos 2011 à Junta de Freguesia e com o consentimento expresso da Câmara mediante a alteração do contrato interadministrativo vigente a uma associação Dramas, Duque da Ribeira Memória, Altruísmo e Solidariedade com o número de identificação fiscal 518349233 com um aparentemente louvável objetivo, honrar e divulgar a memória de Diocleciano Monteiro o Duque da Ribeira, residente em Miragaia até seu falecimento embora tivesse nascido na freguesia de São Nicolau. Ao contrário das anteriores a proposta inclui uma cláusula, a quarta que obriga a entidade a pagar as despesas correntes. Podia perfeitamente estar também previsto nos outros. Porém agora é que vem o, porém e é o que lamenta a verdade é que invocando o número de identificação fiscal 518349233 corresponde a uma associação que é uma companhia de teatro sediada em Oeiras a 100 Dramas Associação Cultural fundada em 2024 e não a suposta Associação Dramas – Duque da Ribeira Memórias Altruísmo e Solidariedade. Face a esta dúbia situação de usurpação de identidade a CDU insta a Junta de Freguesia a retirar a proposta e comunicar os factos às entidades competentes para que possa apurar-se a verdade. Caso ainda assim a Junta persista em prosseguir com a votação a CDU opõe-se e fará diretamente a solicitada comunicação às entidades judiciais competentes bem como à entidade cujo a identidade está a ser usurpada, para comprovar vai deixar anexo para ser anexo à ata desta reunião o documento de constituição da associação 100 Dramas, associação cultural com o número contribuinte 518349233. Está aqui a constituição da associação para verem e ser anexado. -----

Presidente da Junta – Propõe que se for um equívoco se for possível rever o documento e esta Assembleia aprovar, senão retira o documento o que vai atrasar o processo. Foi um lapso de escrita, são coisas que acontecem e só não acontece a quem não escreve muito, e a Junta está a dar muito trabalho ao jurídico. -----

Fernando Oliveira (PS) – O PS não se opõe que seja votado o documento desde que haja compromisso da Junta de Freguesia e fique registado em ata esta correção que é devida como é obvio. Isto para não atrasar ainda mais o processo e para a Associação não ficar prejudicada.

Presidente da Junta – Não se trata de uma cedência de espaço, porque a Câmara não entende que não se pode ceder a terceiros. Trata-se de uma dinamização do espaço. A Câmara cede à Junta o espaço para dinamizar o associativismo com um parceiro. -----

Vítor Vieira (CDU) – É lamentável este mandato esteja a terminar como começou com erros, com confusões, com ilegalidades. É mau. Em relação a este caso concreto, não deixa de constatar que mais uma vez o senhor presidente culpa toda a gente menos a ele. A culpa nunca é do executivo, nunca é do presidente da Junta, é do funcionário, é do jurídico é de alguém que está algures que ninguém sabe quem é, mas nunca do presidente. Em três minutos descobriu isto, qualquer jurista minimamente aceitável e este está a ser pago pelo dinheiro dos contribuintes gerido pela Junta de Freguesia tinha obrigação de ter mais atenção. Neste documento o anexo 5 documento que estamos a apreciar, que é o contrato de parceria refere o nome da associação que aparentemente está correto, tem um NIF que não corresponde a esse nome. Tem sede na Rua de Baixo no Porto e tem aqui um representante identificado. Depois na cláusula 14 refere que foi apresentado documentos comprovativos de que possui situação tributária regularizada, nomeadamente quanto à autoridade tributária e quanto à segurança social, onde tinha de constar o número de identificação fiscal. Embora aqui diga que estão anexos, esses documentos não estão aqui anexos. E a verdade é esta há três documentos pelos menos com um número de contribuinte. Como é que depois aparece outro? De onde apareceu isto? Tem de ser esclarecido e lamenta que o senhor presidente não tenha chegado aqui feito uma comunicação: Vamos retirar e no dia 30 pedimos para incluir isto na ordem de trabalhos da sessão que terá lugar nesse dia. Era muito mais correto era mais honesto e evitava mais um vexame a que o senhor presidente e esta maioria nos habituou desde o primeiro dia deste mandato em que o senhor bem se lembra que criou uma situação de eleição errada que teve de ser repetida. Mais tarde foi a questão do orçamento com números falsos e agora termina o mandato desta maneira. Era necessário expor este vexame uma associação com um objetivo legitimamente e objetivamente vantajoso para a freguesia, benéfico para a memória daquele senhor que foi o Duque da Ribeira. Se o digo com algum enfase com algum calor é porque se liga a miragaia muito mais que as restantes cinco freguesias da união de freguesias, lamenta, mas é verdade. Tem mais ligação à freguesia de Miragaia do que a freguesia da Sé, São Nicolau, Vitória, Cedofeita, Santo Ildefonso, preza a todas, mas tem um carinho especial por miragaia e pelo Duque da Ribeira. Acha que agir desta maneira com esta displicência com esta falta de cuidado é característica de todo o mandato deste executivo. Como é possível não respondem a requerimentos que já estão por escrito nem sabe a quanto tempo. Falta à sua palavra quando diz que vai comunicar à mesa as faltas da vogal e não faz nada disso. Tem um conjunto de situações em que a culpa nunca é dele. Sempre que pode lança o opróbrio para todos menos para ele. E quando querem apoiar, mas com legitimidade com respeito pela legalidade alguma coisa e recusam alguma coisa que está mal feita ah estão contra as associações, contra as coletividades. Senhor Presidente falou aqui que deu à Junta deu, deu e aconteceu, não deu nada. Salvo nesta edição do orçamento colaborativo e do orçamento do Fundo de Apoio ao Associativismo em que a Junta colocou algum dinheiro. O dinheiro que tem sido colocado e distribuído esse milhão de euros que foi distribuído é da Câmara não é da Junta. Apresentou à Mesa uma declaração de voto, a qual fica anexa com o nº 11. -----

Presidente da Junta – Disse que a intervenção do deputado foi uma agressividade e este executivo que há três anos e meio pegou na Junta de Freguesia não havia dinheiro para pagar ordenados, foi o único executivo na cidade do Porto que reforçou as linhas de apoio. Este executivo meteu janelas novas, este executivo tem feito um trabalho sério na gestão financeira. Sabe qual é o saldo de gerência este ano são duzentos e dez mil e cem euros, depois de todas as atividades, depois de abrir salas de estudo com apoio a português e matemática e ATL'S. Montes de respostas às pessoas séniores e idosas, no ambiente



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature and initials in blue ink.

torniquetes nas casas de banho e o senhor vem falar parece que este executivo é um criminoso. Senhor deputado ainda bem que os senhores estão em extinção. -----

Presidente da AF – Deu por terminada a discussão deste ponto, no entanto o número de contribuinte errado continua a existir. -----

Presidente da Junta – A Associação Dramas, a Junta de Freguesia tem dinheiro vai fazer obras, como isto também não é urgente retira o documento para pôr tudo em ordem. O documento foi para vossa aprovação, disse que não conhece os contribuintes não foi fiscalizar se o contribuinte do documento estava certo ou errado. A culpa é dele como disse o senhor deputado a culpa de tudo que acontece é dele. Assume a responsabilidade. Pede desculpa e retira o documento. Para a próxima Assembleia traz o documento para ser aprovado. -----

Presidente da AF – Perguntou se podem aditar este ponto à Ordem de Trabalhos da próxima Assembleia Ordinária e foi aprovado por unanimidade. Pede para que o documento chegue à mesa a inclusão desse ponto para o dia 30 de abril. Deu por concluída a sessão. -----

Presidente da AF – Informou que há uma declaração do Deputado Fernando Oliveira e que foi aceite pelos líderes de bancada, que será incluída em ata. -----

Fernando Oliveira (PS) – Disse que esta é com emoção, a sua última reunião, neste órgão. Anunciou a suspensão do mandato até ao final do mesmo, dando assim, seguimento ao caminho de renovação que iniciou no PS. Tem orgulho no percurso que trilhou, sempre com dedicação, sentido de missão e um profundo compromisso com a sua cidade. Passaram 32 anos de dedicação à vida autárquica. Foi membro da Assembleia de Freguesia de Miragaia e Presidente durante dois mandatos. Durante doze anos, liderou a Junta de Freguesia da Vitória. Foram anos exigentes, marcados por condições adversas e uma relação institucional difícil com a Câmara Municipal do Porto, que chegou a cortar verbas fundamentais para a JF da Vitória, apesar disso, nunca baixou os braços e fez obra, fez a diferença. Recorda alguns marcos desse trabalho tais como: A criação de um auditório devidamente equipado, ampliou o centro de convívio da terceira idade, abriu um ginásio ao serviço para seniores e jovens, recuperou um edifício habitacional na Rua de São Bento da Vitória no âmbito do projeto RECRUA. Foi cedido a título gratuito o r/c desse imóvel à CASA – Centro de apoio aos sem abrigo. Inaugurou um posto de enfermagem devidamente equipado. Com tristeza constata que algumas destas foram retiradas das instalações algumas das placas de inauguração que testemunhavam esse feito. Não se sabe se para apagar a memória ou reescrever a história. Se foi é algo mesquinho porque a história não se apaga. Promoveu todos os anos os tradicionais passeios da terceira idade, dinamizou passeios cicloturistas e grandes prémios de atletismo, incentivando hábitos de vida saudável. Colaborou na organização de duas galas de boxe, numa das quais teve a presença do atual senhor presidente da Junta. Através de parcerias trouxe por duas vezes o evento o Homem mais forte do mundo que atraiu centenas de pessoas. Lutou pela criação de um parque infantil no Jardim da Cordoaria e concretizado. E com orgulho manteve sempre aberto todas as valências sociais, infantário, creche e ATL, nunca encerrando nada. Nos últimos doze anos após o fim do mandato executivo, continuou a servir esta Freguesia nesta Assembleia enquanto líder de bancada eleito pelo seu partido de sempre o PS, sempre com a mesma convicção a defesa intransigente da nossa população. Agradece a todos o que o elegeram. Se em alguma ocasião cometeu algum excesso no calor da discussão política pede desculpa. Acredita firmemente que a renovação dos quadros dirigentes é essencial à vitalidade de qualquer partido e o PS não é exceção. E na mesma linha de coerência optou por não integrar a lista do PS à Assembleia de Freguesias desta União de Freguesias nas próximas eleições autárquicas. Deixa cumprimentos a todos os que foram eleitos nestes últimos doze anos, apesar das divergências políticas com alguns, nutre por todos sem exceção um enorme





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

respeito. Deseja sinceramente grandes sucessos políticos e pessoais a todos. Espera que o PS vença nas próximas eleições autárquicas, esperando que quem for protagonista nesta autarquia saiba interpretar os princípios e valores do PS e sobretudo primar pelo rigor e empenho com foco na satisfação dos interesses da população e não outros. Esta decisão de afastamento deste órgão não significa que não estará presente, como sempre esteve e continuará a lutar com a mesma convicção de sempre: melhorar a vida das pessoas que vivem e trabalham nesta União de Freguesias e na cidade, embora noutras circunstâncias. Ao contrário do que alguém dizia, vai andar mesmo por aí, com o mesmo entusiasmo de sempre e com a mesma vontade de servir. -----

Presidente da AF – Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser aprovada. A Minuta foi aprovada por a maioria dos presentes (uma vez que a Deputada Leonor Figueiredo do BE se ausentou da sala.) -----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----
Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 24 de abril de 2025, pelas 00h29m. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário em exercício: _____

(Maria Cristina Vilares Lima Rothés Barbosa Silos de Medeiros)

O 2º Secretário em exercício: _____

(Paulo António Constantino de Sá Pinto)

20



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**

22 ABR. 2025



PS

REG^{to} 461/25**VOTO DE PESAR**

No dia 28 de Dezembro de 1937 nasce em Cedofeita, aquele que viria a ser uma das figuras mais influentes da cidade do Porto e do norte do país, Jorge Nuno de Lima Pinto da Costa.

Com oito anos assiste com o seu irmão José Eduardo, ao seu primeiro jogo do Porto, no Campo da Constituição, contra o Braga, por influência de um tio, mas seria a sua avó materna a inscrevê-lo como sócio do clube quando tinha 16 anos.

Após uma infância em que dividiu os seus estudos entre o Porto e o Colégio das Caldinhas em Santo Tirso, regressa à cidade do Porto com 19 anos, altura em que tem o seu primeiro emprego no Banco Português do Atlântico.

A sua relação com o Futebol Clube do Porto inicia-se pouco depois dos 20 anos, quando pela mão de um antigo presidente do clube, Cesário Bonito, assume funções de vogal na secção de hóquei em patins em 1958.

Nos anos seguintes, a par da sua actividade de vendedor de tintas e resinas, Pinto da Costa chefia as secções de hóquei em patins e em campo, é responsável pelas modalidades amadoras e dirige o departamento de futebol do Futebol Clube do Porto, com a excepção dos anos entre 1971 e 1976 em que foi director no Futebol Clube de Infesta.

Regressa ao Futebol Clube do Porto em 1976, integrando a lista do então presidente Américo de Sá, assumindo o cargo de director do departamento de futebol e com o Mestre José Maria Pedroto, que havia resgatado ao Boavista, consegue na época de 1977-78 vencer o campeonato nacional após um jejum de 19 anos.

A dupla Pinto da Costa/Pedroto acaba por sair do clube em 1980, regressando 2 anos depois, quando em 17 de Abril de 1982, é eleito pela primeira vez presidente do clube azul e branco, o 31º presidente do clube.

Inicia nesse ano, o mais longo ciclo presidencial do Futebol Clube do Porto, mantendo-se na presidência 42 anos, durante os quais projectou o clube e a própria cidade a uma dimensão nunca antes alcançada, quer com títulos nacionais e internacionais sobretudo com o futebol, mas também com as outras modalidades, algo que em algumas delas nunca tinha acontecido como o caso do hóquei em patins, sendo o presidente desportivo mais titulado do mundo.

Pinto da Costa teve sonhos para o clube, sonhos que concretizou à parte as vitórias desportivas, como um novo estádio e um museu, que hoje são locais emblemáticos da zona oriental da cidade do Porto.



Figura polémica e nem sempre consensual, ousou mesmo fazer frente ao centralismo político e desportivo, para defender o clube e a região norte, através da palavra que tão bem sabia usar, sendo também reconhecido por isso, como uma das figuras mais marcantes da cidade do Porto nos últimos 40 anos e como tal, reconhecido em vários quadrantes da sociedade.

Jorge Nuno Pinto da Costa deixou-nos fisicamente no dia 15 de Fevereiro de 2025.

O Portista de Cedofeita, que o actual presidente do Futebol Clube do Porto designou de Presidente dos Presidentes, não deixou um vazio, mas sim um enorme legado que de certo continuará a marcar gerações futuras.

Assim, reunida em sessão extraordinária, no dia 23 de Abril de 2025, a Assembleia de Freguesia da união de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, presta a sua homenagem a Jorge Nuno Pinto da Costa e delibera aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento, respeita um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.

Porto, 23 de Abril de 2025

Os Membros do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia

CDU - Coligação Democrática Unitária**PCP-PEV****Voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco**

Faleceu no passado dia 21 o Papa Francisco, nascido Jorge Mario Bergoglio há 88 anos, na Argentina.

Um Papa que acreditava numa “igreja onde há espaço para todos”.

Um Papa cujo legado fica marcado pelo aproximar da Igreja aos mais necessitados e uma postura de empenho nas questões da justiça social para os excluídos desta sociedade “submetida a interesses financeiros”, da resolução política e diplomática dos conflitos, e da necessidade do desarmamento e da Paz.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, São Nicolau, Miragaia e Vitória, reunida a 23 de abril de 2025, lamenta profundamente o falecimento do Papa Francisco, partilhando essas suas preocupações e apresentando as suas condolências a todos os católicos e à Igreja Católica.

/CDU: 23 de abril de 2025



1 - Eleição de Vogal

Com esta, é a décima primeira (!) vez que é apresentada uma proposta do senhor Presidente da Junta para eleger um sétimo membro do seu grupo (“AhP/Rui Moreira”) para o Executivo, apesar de apenas ter recebido 6 mandatos em 2021, assim procurando esse grupo, novamente, “ganhar na secretaria” o mandato que os eleitores lhe recusaram em Setembro de 2021, quando perdeu um terço da votação recebida em 2017 e 2013.

As 9 propostas anteriores sempre receberam apenas 6 votos num universo de 19, o que não permite a eleição.

A CDU continua a considerar que tal eleição, mesmo que ocorresse, não teria suporte legal, reiterando o entendimento de que se continua a aplicar o raciocínio vertido em Parecer de 2021 da CCDR-N e em Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de Janeiro de 2023: quem só obteve 6 eleitos não pode ter 7 mandatos.

Lembramos ainda que em Parecer de Novembro de 2023 a CCDR-N concluía que “*o executivo da Junta de Freguesia só poderá funcionar se tiver a totalidade dos vogais previstos*” na Lei; e que tal conclusão se mantém válida, mesmo após o “esclarecimento adicional” que a CCDR-N emitiu em Março de 2024 sobre aquele Parecer, “esclarecimento” esse de que discordamos e que sempre necessitaria, se aplicado, de apreciação judicial, pois entendemos que um Parecer da CCDR-N não se pode sobrepôr a jurisprudência firmada por Tribunal superior, como é alegado.

Acresce que, como recordamos em 19 de Janeiro passado, a eleita do PSD que renunciou ao lugar no Executivo, em 2023, não mais desempenhou funções apesar de a isso estar legalmente obrigada, e faltou a um número de reuniões de Junta que inevitavelmente deveriam conduzir à declaração judicial da perda do seu mandato - algo que ainda não sabemos se aconteceu, apesar de o senhor Presidente da Junta ter afirmado que iria finalmente cumprir a Lei.

Assim, **a CDU novamente recusa participar nesta votação aberrante.**

/CDU: 23 de abril de 2025



Def 524/25

13 MAIO 2025

2 - Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2025**Declaração de Voto**

De novo frisando que o Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense **foi criado em 2019 por proposta da CDU e (mal) concretizado pela Câmara**, que no presente mandato alijou essa função para as Juntas de Freguesia mediante o pagamento de 5.000 euros para “organização do processo”, nesta edição de 2025 mantemos coerentemente a crítica que temos feito sistematicamente: “na falta de um Regulamento claro e simples e de medidas de divulgação adequadas, este apoio tão necessário para as Associações tornou-se um pesadelo burocrático, e a sua abrangência viu-se dramaticamente reduzida”.

Não questionamos o mérito das **26** propostas seleccionadas de entre as **67** apresentadas - um número similar ao do ano passado, e aliás até com repetentes.

Mas mais uma vez ficaram de fora, nem sequer concorrendo, as mais frágeis e vulneráveis, e no final do processo decerto se confirmará que **mais uma vez haverá Associações contempladas em várias Freguesias e até em ambos os processos - o Fundo e o Orçamento Colaborativo**, reduzindo o número potencial de beneficiários.

Porém, para além dessas situações questionáveis, na própria sessão de 23 de Abril e pela voz do público **tomamos conhecimento de uma situação anómala e com contornos de ilegalidade que urge esclarecer**, porquanto o Relatório Final do Júri é omissa, na sua **página 4**, quanto aos pormenores da denúncia/reclamação apresentada pela Associação de Moradores da Bouça relativamente à Associação Desportiva e Recreativa do Recife, envolvendo uma alegada falsificação de documentos, e em nenhum outro documento público se encontram mais elementos, uma vez que a “Acta nº 4” ali referenciada **não se encontra disponível** no sítio eletrónico da Junta relativo ao FAAP/2025.

Acresce ainda que **o prazo de audiência prévia** sobre o projecto de Relatório Final - “**5 dias úteis**”, previsto no nº 2 do artigo 14º das “Condições Gerais de atribuição do apoio financeiro” (documento este produzido e aprovado pelo Júri na sua primeira reunião) - não cumpriu o disposto no nº 1 do artigo 122º do Código do Procedimento Administrativo (que refere que os interessados devem ser notificados para, “em prazo



não inferior a **10 dias**, dizerem o que se lhes oferecer”), a que o Júri estava obrigado pelo nº 2 do artigo 7º do documento “**Condições de atribuição do apoio financeiro/Programa do Concurso**” emanado da Câmara Municipal do Porto e que foi apresentado e aprovado na Assembleia de Freguesia de 29 de Janeiro passado. Aliás, a verba de **5.000 euros** prevista no nº 6 do artigo 5º do mesmo documento destinava-se, exactamente, a prevenir a ocorrência de problemas deste cariz, tendo repetidamente sido afirmado que tal verba se destinava a contratar “apoio jurídico” para o procedimento.

Assim, e pela primeira vez, fomos obrigados a votar contra um Relatório Final.

Face a estes problemas, e **tendo apelado à retirada/suspensão da apreciação do ponto** e ao **esclarecimento rápido** da situação para não haver prejuízo dos restantes concorrentes, **deparamo-nos com a oposição do senhor Presidente da Junta, que insistiu na votação pese embora houvesse ainda tempo para resolver o problema**, pelo que lamentavelmente e pela primeira vez nos vimos na contingência de **votar contra o Relatório Final**, pois não poderíamos em caso algum compactuar com as irregularidades e potenciais ilegalidades atrás descritas, sobretudo havendo ainda tempo para as sanar dentro do prazo concedido pela Câmara Municipal - o que se mantém.

Continuamos, de resto, a expressar profunda crítica à forma como o processo tem sido conduzido nestes anos - e não sabendo sequer se este apoio se irá manter nos próximos mandatos.

Pela nossa parte, desde já nos comprometemos não só a lutar para que seja mantido, como para que seja maximizado e melhorado, para que casos destes não voltem a ocorrer.

E esperamos que o Executivo possa, em colaboração com o Júri, resolver o problema a tempo de o Relatório Final ser aprovado na sessão de dia 30 de Abril.

/CDU: 23 de abril de 2025



PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

ANEXO 5
Reg 56/25
19 MAIO 2025
[Handwritten signature]
RBH
[Handwritten signature]

DECLARAÇÃO DE VOTO

O PAN abstém-se na sua votação relativa às condições de apoio e minuta do contrato interadministrativo do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2025 uma vez que:

- Apoiando a essência e o espírito com que o Fundo de Apoio ao Associativismo foi criado em 2019, que pretende ser uma ferramenta de apoio às associações cujo trabalho é de relevo para as freguesias onde o desenvolvem, não podemos contudo deixar de assinalar as fragilidades que a evolução deste programa apresenta e que, por isso, desvirtuam a intenção com a qual o mesmo foi concebido.

- Vemos com agrado a iniciativa deste executivo em reforçar a verba destinada a este apoio não podendo deixar de constatar que a mesma se mantém aquém das reais necessidades das associações que de forma tão importante servem as freguesas e fregueses desta união de freguesias.

- Acreditamos que este processo se pode tornar mais participado e mais adequado face à realidade e aos desafios da freguesia, nomeadamente através da redefinição dos eixos de apoio, incluindo o eixo “proteção e bem-estar animal” e separando os eixos “juventude” e “ambiente” de forma a poder ser feita uma melhor seleção e avaliação das candidaturas apresentadas e ainda, através da possibilidade desta Assembleia de Freguesia ser auscultada e contribuir com as suas sugestões na definição dos critérios de seleção e avaliação das candidaturas.

- Por fim, e talvez o fator mais importante para o nosso sentido de voto seja mais uma vez a constatação de irregularidades da definição do processo, que o fragilizam e desvirtuam e a falta de informação clara e objetiva sobre os critérios de análise que são aplicados às candidaturas que consubstanciam este apoio.

A representante do Partido Pessoas - Animais - Natureza
Natacha Meunier



União de Freguesias de Cedofeita, St. Ildefonso, Sé, Miragaia S. Nicolau/ Vitória

Ref 525/25

14 MAIO 2025

[Handwritten signature]
elb1
B

Declaração de voto

Na assembleia de 23 de abril de 2025, antes da discussão do ponto 2. da OT, "Apreciação e votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense Edição 2025", fomos confrontados com uma intervenção de um membro do público que denunciava uma situação irregular por parte de uma das associações contempladas com apoio. Independentemente da gravidade da situação e do facto de ser fundamental vir a comprovar ser ou não verdade, é de lamentar que a interpelação feita ao júri sobre essa mesma situação não conste no relatório final, não sendo do conhecimento dos membros da assembleia. No geral, o processo foi pautado por ausência de rigor e transparência, não tendo o júri qualquer responsabilidade sobre essa matéria, mas sim o executivo. Reiteramos ainda que as verbas são claramente insuficientes para o universo de associações candidatas, deixando muitas candidaturas de fora. No entanto, por considerarmos a necessidade de as associações receberem o apoio fundamental para as suas actividades, abstivemo-nos para permitir que o relatório fosse aprovado.

Porto, 23 de Abril de 2025

Os representantes do Bloco de Esquerda

Miguel Semedo

Leonor Figueiredo



Reg 696/25
0.6 MAIO 2025
[Handwritten signature]
R34

Declaração de Voto

Apreciação e votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense Edição 2025;

O **Partido Social Democrata** votou contra o Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo, na Assembleia de Freguesia Extraordinária do dia 23 de abril de 2025, porque considerou que, não retirando mérito aos projetos que foram contemplados, não estavam reunidas condições para o mesmo ser votado. Em sede de Assembleia de Freguesia foram levantadas por um representante de uma associação presente no público várias questões sobre a atribuição de financiamento a uma das 26 candidaturas financiadas por este instrumento municipal. Após várias perguntas feitas ao Senhor Presidente da União de Freguesias, foi nosso entendimento que essas mesmas questões não ficaram devidamente esclarecidas durante a Assembleia, nomeadamente, no que diz respeito à ausência de resposta por parte do Júri à associação que levantou dúvidas sobre a atribuição de apoio a uma das associações e que só é respondida no relatório final, que no nosso entender não está de acordo com o **Código do Procedimento Administrativo**, no **número 1 do seu artigo 121º**, onde refere que: *“os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta”*. A inflexibilidade do Senhor Presidente desta União Freguesias face ao pedido de retirada deste ponto e futura apresentação em sede de Assembleia de Freguesia Ordinária, acautelando os prazos legais para a respetiva aprovação, tal como também propuseram outras forças partidárias, originou que apenas nos restasse a opção de votar contra o Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo, de forma a acautelar o superior interesse desta União de Freguesias, protegendo-a de consequências nefastas provocadas por tal decisão.

A Bancada do Partido Social Democrata da

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória



3 - Orçamento Colaborativo 2025

Declaração de Voto

De novo se recorda que no início deste mandato todas as forças políticas afirmavam esperar que este procedimento delegado pela Câmara Municipal passasse a contar com os contributos de todas elas através de um Regulamento/Normas/Orientações que permitissem recuperar a dignidade e credibilidade perdidas nos anteriores mandatos e que levaram a que a nossa União de Freguesias fosse arredada do processo em 2020 e 2021.

Apesar dessa afirmação inicial, a maioria "AhP/RM" e seus aliados do PSD logo puseram de lado essa possibilidade, alegando que a Câmara é que define tudo - nem sequer o Júri pode melhorar o documento. Em 2023 e 2024 a situação repetiu-se e de novo votamos contra, rejeitando as calúnias que nos tentaram lançar.

Coerentemente, sempre afirmamos que: *"não existindo Regulamento, a CDU está contra esta solução. Sem desprimor algum, a quem colaborou no Procedimento, sem desprimor para os membros do Júri, a CDU não vai subscrever ou apoiar os resultados deste processo."* Reafirmamos: o que está em causa não são os candidatos nem o Júri, mas sim um processo que consideramos errado, que não permite alcançar os objetivos inicialmente enunciados. Comprovadamente é um mau instrumento, que foi transformado em pequenos subsídios a muitas entidades, que não resolvem os seus problemas de fundo e liberta a Câmara de, directamente, protocolar com elas soluções adequadas. E, apesar das insistências, ainda hoje continuamos a não ter sequer notícia dos resultados concretos finais do que tem resultado deste processo - o que não é bom, e parece indiciar a vontade de esconder algo.

Assim, **mais uma vez nos manifestamos contra este processo**, o que não impede que mais uma vez deixemos ao Júri e candidatos, contemplados ou não, a nossa solidariedade e votos de continuação de bom trabalho.

/CDU: 23 de abril de 2025



4 - Cedência temporária de salas ao TNSJ

Declaração de Voto

Esta proposta de cedência temporária de 3 salas e do Auditório do edifício da ex-Junta de Freguesia de Miragaia ao TNSJ enquanto decorrem obras no seu espaço habitual: não esclarece o que vai ser feito nessas 3 salas e que consequências poderá ter no edifício e na vizinhança, nem toma a precaução de responsabilizar a entidade pelos consumos de eletricidade, água, comunicações e consumíveis, incluindo limpeza das instalações.

Acresce que apresenta lamentáveis erros ortográficos.

Apesar disso, e apenas face à reconhecida idoneidade da instituição, a CDU vota favoravelmente este Protocolo de Cedência, embora reconhecendo haver risco de consequências financeiras pessoais, e por esse facto recomenda que, com brevidade, seja presente a esta Assembleia uma Adenda em que a entidade se responsabilize pelos consumos de que seja responsável.

/CDU: 23 de abril de 2025



Handwritten signatures and initials: AB1, B, and a large signature.

5 - Cedência temporária de sala à Cooperativa Huellatina

Declaração de Voto

Esta proposta de cedência temporária de uma sala no edifício da ex-Junta de Freguesia da Sé à Cooperativa Huellatina, que reúne portugueses e imigrantes sul-americanos com louváveis fins, lamentavelmente e tal como na proposta anteriormente apreciada não toma a precaução de responsabilizar a entidade pelos consumos de eletricidade, água, comunicações e consumíveis, incluindo limpeza das instalações.

Como na proposta anterior, também aqui se verificam lamentáveis erros ortográficos.

Apesar disso, e apenas face às louváveis intenções da instituição, a CDU vota favoravelmente este Protocolo de Cedência, embora reconhecendo haver risco de consequências financeiras pessoais, e por esse facto recomenda que, com brevidade, seja presente a esta Assembleia uma Adenda em que a entidade se responsabilize pelos consumos de que seja responsável.

Handwritten note: SE CLARIFIQUE QUEM SE RESPONSABILIZA P/ OS GASTOS

/CDU: 23 de abril de 2025

Handwritten signature.

ANEXO 11
6 - Cedência temporária de espaço municipal a “Associação D.R.A.M.A”**Declaração de Voto**

Esta proposta alega visar a cedência de um espaço em Miragaia, pertença do Município - alugado desde pelo menos 2011 à Junta de Freguesia, e com o seu consentimento expresse mediante alteração do Contrato Interadministrativo vigente - a uma alegada **“Associação D.R.A.M.A.S., Duque da Ribeira, Associação Memória, Altruísmo e Solidariedade”**, com o NIF **518349233**, com um aparentemente louvável objectivo: honrar e divulgar a memória de Deocleciano Monteiro, o “Duque da Ribeira”, residente de Miragaia até ao seu falecimento.

Ao contrário das anteriores, neste caso a proposta inclui uma cláusula, a 4ª, que obriga a entidade a pagar as despesas correntes.

Porém, a verdade é que o invocado NIF 518349233 corresponde a uma Associação / Companhia de Teatro sediada em Oeiras, a **“100 Dramas Associação Cultural”**, fundada em 2024, e não à suposta “Associação D.R.A.M.A.S - Duque da Ribeira, Associação Memória, Altruísmo e Solidariedade”.

Face a esta dúbia situação de usurpação de identidade, a CDU insta a Junta de Freguesia a retirar a proposta e comunicar os factos às entidades competentes para que possa apurar-se a verdade.

Caso ainda assim a Junta persista em prosseguir com a votação, a CDU opôr-se-á e fará directamente a solicitada comunicação às entidades judiciais competentes, bem como à entidade cuja identidade está a ser usurpada.

/CDU: 23 de abril de 2025